

**Rodrigo Faucz
Daniel Avelar**

Manual do Tribunal do Júri

3ª edição revista, atualizada e ampliada

**THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretores de Conteúdo e Operações Editoriais

Alexandre Ferreira Mattioli e Juliana Mayumi Ono

Gerente de Conteúdo

Andréia R. Schneider Nunes Carvalhaes

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Estagiários: Aline Pavanelli e João Victor Sales

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo
Milisa Cristine Romera

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Parise Jatene Castello Branco e Rebeca Crespo Rangel

Capa: Lucas Kfourri

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

Camilla Furegato da Silva

Gerente de Operações e Produção Gráfica

Mauricio Alves Monte

Analista de Produção Gráfica: Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Faucz, Rodrigo
Manual do Tribunal do Júri / Rodrigo Faucz, Daniel Avelar. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-1525-4

1. Júri 2. Júri - Brasil 3. Júri - História 4. Prática forense 5. Processo penal I. Avelar, Daniel. II. Título.

24-206326

CDU-343.195

Índices para catálogo sistemático:

1. Júri : Processo penal 343.195
2. Tribunal do Júri : Processo penal 343.195
Cibebe Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS POR DANIEL AVELAR	9
AGRADECIMENTOS POR RODRIGO FAUCZ	11
NOTA DOS AUTORES – 3ª EDIÇÃO	13
NOTA DOS AUTORES – 2ª EDIÇÃO	15
NOTA DOS AUTORES – 1ª EDIÇÃO	17
PREFÁCIO POR PROF. DR. JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO	19
1. Introdução	19
2. Duas histórias: morde e assopra	19
2.1. A primeira história: fazendo como alerta	19
2.2. A segunda história: articulação como elogio	21
3. Um pouco da estrutura do livro e a questão principal	24
4. Um pouco dos autores	26
APRESENTAÇÃO POR PROF. DR. CLÊMERTON MERLIN CLÈVE	29
1. HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI	49
1.1. Das Leis Mosaicas	51
1.2. Do Areópago e dos Tribunais dos Heliastas	52
1.3. Das <i>questiones perpetuas</i>	56
1.4. Dos tribunais <i>wehmicos</i>	58
1.5. A construção do <i>Trial by Jury</i> na Inglaterra	60
1.5.1. A queda do Império Romano	63
1.5.2. Os reis anglo-saxões e a administração da justiça	64
1.5.3. O julgamento via ordálias, compurgação e duelo	65
1.5.4. A invasão normanda	73
1.5.4.1. O sistema do <i>hue and cry</i> e do <i>frankpledge</i>	77
1.5.4.2. <i>Murdrum fine</i> e a <i>Paz do Rei</i>	79
1.5.4.3. <i>Appeal of Felony</i>	79
1.5.4.4. <i>Right of Sanctuary</i>	81

1.5.5.	O desenvolvimento da <i>common law</i> a partir das cortes régias de Henrique II.....	82
1.5.6.	O <i>trial on indictment</i> e a edificação do <i>Grand Jury</i>	88
1.5.7.	O IV Concílio Laterano e a implementação do <i>Trial by Jury</i>	97
1.6.	O <i>Trial by Jury</i> como fuga ao inquisitorialismo continental	101
2.	HISTÓRICO DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL E O MODELO DEMOCRÁTICO DE JUSTIÇA	103
2.1.	O júri brasileiro na ordem constitucional atual.....	128
3.	EM BUSCA DE UM JÚRI DEMOCRÁTICO: AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO, INSTRUÇÃO AOS JURADOS E REPRESENTATIVIDADE.....	131
3.1.	Ausência de motivação das decisões do júri.....	142
3.2.	Instrução aos jurados	150
3.3.	A deliberação entre os jurados	153
4.	PRINCÍPIOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	163
4.1.	Os princípios do art. 5º, inc. XXXVIII, da Constituição da República.....	167
4.1.1.	Plenitude de defesa.....	168
4.1.2.	Sigilo das votações	171
4.1.3.	Soberania dos veredictos	172
4.1.4.	Competência para o julgamento de crimes dolosos contra a vida	180
4.2.	Princípios gerais do processo penal	184
4.2.1.	Princípio da presunção da inocência	185
4.2.2.	Princípio do <i>in dubio pro reo</i>	188
4.2.3.	Princípio do contraditório	190
4.2.4.	Princípio da não autoincriminação	191
5.	PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	195
5.1.	Reforma de 2008	195
5.2.	O procedimento especial	196
6.	PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO.....	199
6.1.	Acusação e instrução preliminar	199
6.2.	Rejeição da denúncia	200
6.3.	Recebimento da denúncia ou da queixa	203
6.3.1.	Recebimento da denúncia – Retratação após apresentação da resposta à acusação	205
6.3.2.	O PL 4.203/2001 e o contraditório prévio ao recebimento da denúncia....	207
6.3.3.	Recebimento da denúncia com a Lei 13.964/2019 e o juiz de garantias no júri	208

6.3.4.	Discordância da defesa sobre o recebimento da denúncia.....	210
6.3.5.	Cadeia de Custódia – Arts. 158-A, 158-B, 158-C, 158-D, 158-E e 158-F, do CPP	211
6.3.5.1.	Consequência da Violação da Cadeia de Custódia e as Fases Procedimentais	214
6.4.	Resposta à acusação.....	217
6.4.1.	Número de testemunhas que podem ser arroladas pelas partes.....	220
6.4.2.	Matérias alegadas na resposta à acusação	223
6.5.	Posicionamento do magistrado após o oferecimento da resposta.....	224
6.6.	Exceções.....	226
6.7.	Hipótese de a defesa não apresentar resposta	228
6.8.	Manifestação da acusação após apresentada a resposta	230
6.9.	Prazo do juiz para determinar a inquirição de testemunhas e diligências.....	231
6.10.	Audiência de instrução – Produção probatória	232
6.10.1.	Audiência de instrução e a Lei 13.964/2019.....	234
6.10.2.	Ordem e organização	235
6.10.2.1.	A oitiva do ofendido.....	239
6.10.2.2.	Desistência unilateral da oitiva da testemunha	241
6.10.2.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhecimento... ..	241
6.10.2.4.	Reconhecimento pessoal: uma análise da orientação do STJ....	243
6.10.2.5.	Requerimento de diligências	249
6.10.2.6.	Interrogatório.....	250
6.10.2.7.	Concurso de agentes e a ordem de interrogatórios	253
6.10.3.	Audiência una e adiamento	253
6.11.	Produção e gestão das provas	254
6.12.	Juntada de documentos	255
6.13.	Alegações finais	255
6.13.1.	Alegações finais por memoriais	256
6.13.2.	Gravação das alegações finais orais.....	258
6.13.3.	Ausência de alegações finais	259
6.14.	Ocorrência de eventuais nulidades relativas	261
6.15.	Princípio da identidade física do juiz	261
6.16.	Prazo para a decisão.....	262
6.17.	Prazo para a conclusão do procedimento.....	262
7.	DECISÕES DA PRIMEIRA FASE.....	265
7.1.	Decisão de pronúncia	265
7.1.1.	Fundamentação	267
7.1.2.	Requisitos da pronúncia.....	273
7.1.2.1.	Materialidade do crime.....	273

7.1.2.2.	Indícios suficientes de autoria	275
7.1.3.	A análise do dolo na pronúncia	278
7.1.4.	A pronúncia e os elementos colhidos na investigação preliminar	281
7.1.5.	A fundamentação das qualificadoras e causas de aumento e de diminuição	288
7.1.6.	Agravantes e atenuantes.....	292
7.1.7.	A pronúncia como garantia	292
7.1.8.	Crimes conexos	298
7.1.9.	Dos crimes militares	301
7.1.10.	Das medidas cautelares.....	303
7.1.11.	Interrupção da prescrição	307
7.1.12.	Intimação da decisão de pronúncia	307
7.2.	Decisão de impronúncia.....	309
7.2.1.	Prova nova.....	312
7.2.2.	Impronúncia de qualificadoras	314
7.2.3.	Crimes conexos	316
7.2.4.	Despronúncia	316
7.2.5.	Inconstitucionalidade da decisão de impronúncia	316
7.3.	Absolvição sumária	320
7.3.1.	A absolvição sumária imprópria	322
7.3.2.	Crimes conexos	323
7.3.3.	Aditamento.....	323
7.4.	<i>Emendatio Libelli</i>	325
7.5.	Desclassificação	327
7.5.1.	Procedimento a ser seguido.....	330
7.5.2.	Crimes conexos	330
7.5.3.	Recurso cabível	331
7.5.4.	Conflito de competência negativo	332
7.5.5.	A desclassificação e o acusado preso	333
7.6.	Circunstância superveniente.....	334
7.7.	Síntese de recursos cabíveis	335
7.7.1.	Recurso <i>ex officio</i>	335
7.8.	Encerramento do Juízo de Admissibilidade	335
8.	DESAFORAMENTO	337
8.1.	Criação do desaforamento no Brasil.....	337
8.2.	Conceito	337
8.3.	Fundamentos	338
8.4.	Requisitos	339

8.4.1.	Interesse da ordem pública	339
8.4.2.	Dúvida sobre a imparcialidade do júri	340
8.4.3.	Dúvida sobre a segurança do acusado	343
8.4.4.	Excesso de serviço	345
8.5.	Procedimento do desaforamento.....	346
8.6.	Pedido de aceleração processual	347
8.7.	Reaforamento e novo desaforamento	348
8.8.	Desaforamento interestadual.....	348
9.	SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO	353
9.1.	Peça do art. 422 do CPP	353
9.1.1.	Deliberação e elaboração do relatório.....	355
9.2.	Alistamento dos jurados	355
9.2.1.	Os jurados a partir do modelo histórico norte-americano.....	357
9.2.2.	O perfil dos jurados e a representatividade.....	361
9.2.3.	A busca pela representatividade social.....	361
9.2.4.	Propostas para um melhor alistamento dos jurados.....	365
9.2.5.	Requisitos e características da lista geral	366
9.2.6.	Paridade de armas no selecionamento dos jurados.....	369
9.3.	Lista geral – Reuniões x Sessões	370
9.4.	Organização da pauta	370
9.5.	Procedimento para o sorteio e a convocação dos jurados	375
9.5.1.	Intimação dos interessados.....	376
9.5.2.	Publicidade do sorteio.....	377
9.5.3.	Quantidade de jurados sorteados para a reunião	378
9.5.4.	Inclusão de processos após o sorteio dos jurados.....	379
9.6.	Convocação dos jurados e requisitos legais para o exercício da função	381
9.6.1.	Atos processuais e cartoriais antecedentes ao julgamento.....	382
9.7.	Júris midiáticos	384
9.8.	Na sessão de julgamento.....	385
9.8.1.	Isenção e dispensa dos jurados.....	385
9.8.2.	Recusa injustificada.....	385
9.8.3.	Recusa fundada em convicção religiosa, filosófica e política	386
9.8.4.	A responsabilidade dos jurados e o crime de desobediência	387
9.8.5.	A idade mínima	388
9.8.6.	Notória idoneidade e perfilamento discriminatório	389
9.8.7.	Jurado analfabeto.....	391
9.8.8.	Jurado naturalizado, estrangeiro e quem perdeu ou tem suspensos os seus direitos políticos	392

9.8.9.	Jurado com deficiência visual ou auditiva.....	393
9.8.10.	Isenção do serviço do júri.....	394
9.8.11.	Isenção por justo impedimento e maiores de 70 anos.....	395
9.8.12.	Direitos dos jurados	395
10.	JULGAMENTO EM PLENÁRIO	399
10.1.	Composição do Tribunal do Júri e formação do Conselho de Sentença.....	399
10.2.	Habilitação do procurador do assistente de acusação.....	399
10.3.	Intervenção da OAB	400
10.4.	Defensoria Pública na atuação como representante da assistência de acusação....	400
10.5.	Ausências na sessão	402
10.5.1.	Do Ministério Público	402
10.5.2.	Do advogado do querelante.....	403
10.5.3.	Do procurador do assistente de acusação	404
10.5.4.	Do defensor do acusado	404
10.5.4.1.	Participação do defensor de um dos corréus na sessão de julgamento do outro acusado.....	406
10.5.5.	Do acusado solto	408
10.5.6.	Do acusado preso	410
10.5.7.	Ausência do acusado e condução coercitiva para fins de reconhecimento.....	411
10.5.8.	Da testemunha imprescindível	412
10.5.9.	Da testemunha não imprescindível	415
10.5.10.	Quadro resumido sobre ausências dos envolvidos	418
10.6.	Da oitiva de informantes no Tribunal do Júri	418
10.7.	Oitiva do ofendido	419
10.8.	Instalação dos trabalhos.....	420
10.8.1.	Pregão – Momento de arguição das nulidades – Publicidade do ato.....	422
10.8.2.	Esclarecimentos aos jurados	423
10.8.3.	Incomunicabilidade dos jurados.....	424
10.8.4.	Sorteio e recusas imotivadas	426
10.8.5.	Recusas motivadas – Impedimento, suspeição e incompatibilidade.....	428
10.8.6.	Cisão do julgamento	430
10.8.7.	Exortação solene	431
10.9.	Instrução em plenário	432
10.9.1.	Leitura do relatório e da decisão que julgou admissível a acusação.....	433
10.9.2.	<i>Opening Statements</i> – Discurso de abertura	434
10.9.3.	A instrução probatória e a carência de originalidade cognitiva em plenário.....	434

10.9.4.	Instrução e ordem dos questionamentos	435
10.9.5.	Lei 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) – Art. 474-A.....	439
10.9.6.	Retirada do acusado do plenário na oitiva da vítima e testemunhas	442
10.9.7.	Desistência de testemunhas	443
10.9.8.	Acareação e reconhecimento.....	444
10.9.9.	Leitura de documentos em plenário	445
10.9.10.	Utilização do inquérito a partir da instituição do juiz de garantias	446
10.9.11.	Interrogatório do acusado.....	448
10.10.	Uso de algemas em plenário	451
10.10.1.	Utilização de traje civil pelo acusado.....	453
10.11.	Registro da instrução	454
10.11.1.	A gravação audiovisual feita pela parte.....	455
10.12.	Debates	457
10.12.1.	Sustentação: ordem e limitação	458
10.12.2.	Tempo de sustentação	460
10.12.3.	Ampliação do tempo de sustentação	463
10.12.4.	Agravantes e atenuantes.....	464
10.12.4.1.	Atenuantes e agravantes objetivas	467
10.12.5.	Réplica e tréplica.....	468
10.12.5.1.	Tréplica como direito do acusado – Tréplica sem réplica	470
10.12.5.2.	Réplica pela assistência de acusação.....	471
10.12.5.3.	Inovação de tese na tréplica	472
10.12.5.4.	Reinquirição de testemunhas.....	475
10.12.6.	Nulidades – Limites nos debates	476
10.12.6.1.	Decisão de pronúncia como argumento de autoridade	476
10.12.6.2.	Outras decisões como argumento de autoridade.....	481
10.12.6.3.	Os antecedentes criminais do acusado	484
10.12.6.4.	Menção ao uso de algemas.....	485
10.12.6.5.	Silêncio do acusado ou ausência do interrogatório, em seu prejuízo.....	485
10.12.6.6.	Momento para impugnação	487
10.12.6.7.	Limitação defensiva pela Legítima Defesa da Honra	488
10.12.7.	Utilização de documentos novos.....	489
10.12.7.1.	Forma de contagem do prazo e cientificação da parte adversa.....	492
10.12.7.2.	Referência a documento ou objeto não juntado aos autos	496
10.12.7.3.	Entrega aos jurados de cópias de peças do processo	497
10.12.7.4.	Exibição parcial de depoimento colhido na fase do sumário de culpa.....	498
10.12.7.5.	Nulidade e atuação do juiz presidente.....	498

10.12.8. Apartes, esclarecimentos, questões de ordem	499
10.12.8.1. Pedido de esclarecimentos	503
10.12.8.2. Aptidão para julgar e esclarecimentos	506
10.12.8.3. Dissolução do conselho e realização de diligências	507
10.12.9. Da gravação das sessões de julgamento	508
10.12.10. Do abandono de Plenário	509
11. QUESITAÇÃO	513
11.1. Conceito e características	513
11.2. Fontes dos quesitos	514
11.3. Elaboração	516
11.4. Apresentação às partes – em busca de consenso em Plenário	517
11.5. Apresentação formal e requerimentos das partes	518
11.6. Ordem dos quesitos	519
11.6.1. Síntese da Ordem dos Quesitos	521
11.7. Princípio da correlação entre a acusação e a decisão de pronúncia	522
11.8. Quesito absolutório genérico	522
11.8.1. Absolvição genérica e a tese de negativa de autoria	524
11.9. Absolvição imprópria	526
11.10. Sustentação pela defesa da tese absolutória e desclassificatória	526
11.11. Desclassificação	527
11.11.1. Desclassificação própria e imprópria	529
11.11.2. Desclassificação – Dolo direto e dolo eventual – quesitação	530
11.11.3. Desclassificação e crime conexo	532
11.12. Imputação por dolo direto e quesitação de dolo eventual	532
11.13. Tentativa	533
11.14. Causas de diminuição, qualificadoras e causas de aumento de pena	534
11.14.1. Agravantes e atenuantes	534
11.14.2. Afastamento da qualificadora e posterior reconhecimento como agravante	534
11.14.3. Qualificadora prevista no dispositivo da pronúncia, mas sem fundamentação	535
11.14.4. Homicídio privilegiado e qualificadoras subjetivas	536
11.15. Concurso formal e multiplicidade de vítimas	537
11.16. Redação dos quesitos de outros crimes de competência do Tribunal do Júri e crimes conexos	538
11.17. Impugnação dos quesitos e preclusão	539
11.18. A sistemática da votação	540
11.19. Modelos de quesitação	543

11.20. Teses e quesitos específicos.....	545
11.20.1. Homicídio privilegiado – relevante valor moral (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP).....	546
11.20.2. Homicídio privilegiado – relevante valor social (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP).....	546
11.20.3. Homicídio privilegiado – violenta emoção logo em seguida a injusta provocação da vítima (art. 121, § 1º, segunda parte, do CP)	547
11.20.4. Homicídio qualificado – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe (art. 121, § 2º, I, do CP)	547
11.20.5. Homicídio qualificado – motivo fútil (art. 121, § 2º, II, do CP).....	547
11.20.6. Homicídio qualificado – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura (art. 121, § 2º, III, do CP)	547
11.20.7. Homicídio qualificado – outro meio insidioso ou cruel (art. 121, § 2º, III, do CP)	548
11.20.8. Homicídio qualificado – meio que possa resultar em perigo comum (art. 121, § 2º, III, do CP)	548
11.20.9. Homicídio qualificado – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação (art. 121, § 2º, IV, do CP)	548
11.20.10. Homicídio qualificado – outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido (art. 121, § 2º, IV, do CP)	549
11.20.11. Homicídio qualificado – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (art. 121, § 2º, V, do CP)	549
11.20.12. Homicídio qualificado – Femicídio pela violência doméstica e familiar (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, I, ambos do CP)	549
11.20.13. Homicídio qualificado – Femicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, II, ambos do CP)	550
11.20.14. Homicídio qualificado – contra autoridade ou agente de segurança pública (agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição – art. 121, § 2º, VII, do CP)	550
11.20.15. Homicídio qualificado – pelo emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido (art. 121, § 2º, VIII, do CP).....	551
11.20.16. Homicídio qualificado – homicídio cometido contra menor de 14 (quatorze) anos (art. 121, § 2º, IX, do CP)	551
11.20.17. Causa de aumento – Vítima menor de 14 anos e com deficiência ou com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade (art. 121, § 2º-B, I, do CP).....	551

11.20.18. Causa de aumento – Vítima menor de 14 anos e o crime foi cometido pelo ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela (art. 121, § 2º-B, II, do CP).....	552
11.20.19. Causa de aumento – Vítima menor de 14 anos e crime praticado em instituição de educação básica pública ou privada (art. 121, § 2º-B, III, do CP)	552
11.20.20. Causa de aumento – Vítima maior de 60 anos (art. 121, § 4º, do CP).....	552
11.20.21. Causa de aumento – Crime praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança (art. 121, § 6º, do CP).....	552
11.20.22. Causa de aumento – Crime praticado por grupo de extermínio (art. 121, § 6º, do CP).....	553
11.20.23. Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP)	553
11.20.24. Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido contra pessoa maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP)	554
11.20.25. Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP).....	554
11.20.26. Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP).....	555
11.20.27. Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP).....	556
11.20.28. Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido contra pessoa maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP)	556
11.20.29. Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP).....	557
11.20.30. Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP).....	558
11.20.31. Tentativa de homicídio (art. 121, c/c art. 14, II, do CP).....	558
11.20.32. Desclassificação para homicídio culposo (art. 121, § 3º, do CP).....	559
11.20.33. Desclassificação para homicídio culposo na direção de veículo automotor (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro)	560

11.20.34. Desclassificação para lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP)	560
11.20.35. Excesso culposo nas excludentes	560
11.20.36. Erro sobre a pessoa (art. 20, § 3º, do CP)	561
11.20.37. Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para crime não doloso contra a vida	562
11.20.38. Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para tentativa de homicídio.....	562
11.20.39. Homicídio Consumado – Acusação de ser partícipe.....	563
11.20.40. Participação de menor importância (art. 29, § 1º, do CP)	563
11.20.41. Cooperação dolosamente distinta (art. 29, § 2º, do CP)	564
11.20.42. Embriaguez como causa de diminuição de pena (art. 28, § 2º, do CP)	564
11.20.43. Inimputabilidade como tese sustentada pela defesa (art. 26 do CP).....	564
11.20.44. Semi-imputabilidade (parágrafo único do art. 26 do CP)	565
11.20.45. Erro de proibição indireto evitável – Erro de permissão (art. 21 do CP).....	565
11.20.46. Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio – consumado (art. 122 do CP)	565
11.20.47. Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio – resultando lesão corporal grave (art. 122 do CP).....	566
11.20.48. Causa de aumento – Motivo egoístico – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP)	566
11.20.49. Causa de aumento – Motivo torpe ou fútil – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP)	567
11.20.50. Causa de aumento – Vítima menor de 18 anos (mas maior de 14) – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	567
11.20.51. Causa de aumento – Vítima com diminuída capacidade de resistência – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	567
11.20.52. Causa de Aumento – Crime realizado por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 4º, do CP).....	568
11.20.53. Causa de Aumento – Acusado é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual (art. 122, § 5º, do CP)	568
11.20.54. Infanticídio (art. 123 do CP) – Como crime admitido na pronúncia	568
11.20.55. Infanticídio (art. 123 do CP) como tese defensiva e acusada pronunciada por homicídio.....	569
11.20.56. Aborto provocado pela gestante (1ª parte do art. 124 do CP)	570
11.20.57. Aborto provocado com o consentimento da gestante (2ª parte do art. 124 do CP).....	570
11.20.58. Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP).....	570

11.20.59. Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP).....	571
11.20.60. Aborto provocado por terceiro com consentimento inválido por parte da gestante (art. 126, parágrafo único, do CP)	571
11.20.61. Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP)	572
11.20.62. Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP)	572
11.20.63. Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP).....	572
11.20.64. Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP).....	573
11.20.65. Lesão corporal (art. 129, caput, do CP)	573
11.20.66. Lesão corporal grave (art. 129, § 1º, do CP).....	573
11.20.67. Lesão corporal “gravíssima” (art. 129, § 2º, do CP)	574
11.20.68. Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP)	574
11.20.69. Rixa (art. 137 do CP).....	575
11.20.70. Rixa qualificada (art. 137, parágrafo único, do CP)	575
11.20.71. Furto (art. 155 do CP)	575
11.20.72. Roubo (art. 157 do CP)	576
11.20.73. Extorsão (art. 158 do CP)	576
11.20.74. Extorsão mediante sequestro (art. 159 do CP).....	576
11.20.75. Destruição, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211 do CP)	577
11.20.76. Estupro (art. 213 do CP)	577
11.20.77. Estupro de vulnerável – contra menor de 14 anos (art. 217-A do CP)	578
11.20.78. Estupro de vulnerável – contra pessoa com deficiência (art. 217-A, § 1º, do CP).....	578
11.20.79. Estupro de Vulnerável – contra pessoa que não podia oferecer resistência (art. 217-A, § 1º, do CP)	578
11.20.80. Associação criminosa (art. 288 do CP).....	579
11.20.81. Constituição de milícia privada (art. 288-A do CP).....	579
11.20.82. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei 10.826/2003).....	580
11.20.83. Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei 10.826/2003).	580
11.20.84. Porte ilegal de arma de fogo de uso proibido (§ 2º do art. 16 da Lei 10.826/2003).....	581
11.20.85. Disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei 10.826/2003)	581
11.20.86. Fraude processual (art. 347 do CP).....	582
11.20.87. Falso testemunho ocorrido durante o plenário (art. 342 do CP)	582

11.20.88. Falso testemunho ocorrido antes do julgamento em plenário (art. 342 do CP)	582
11.20.89. Corrupção de menores (art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990).....	583
12. FASE FINAL – SENTENÇA, ATA E ATRIBUIÇÕES DO JUIZ PRESIDENTE	585
12.1. Sentença	585
12.1.1. Sentença condenatória	586
12.1.2. Execução imediata da pena.....	587
12.1.3. Fixação da reparação mínima do dano	590
12.1.4. Efeitos civis da sentença no Tribunal do Júri	591
12.1.5. Sentença absolutória	592
12.1.6. Desclassificação	592
12.2. Ata da sessão de julgamento	593
12.3. Atribuições do juiz presidente.....	594
12.3.1. Regular a polícia das sessões, prender os desobedientes e requisitar o auxílio da força pública, que ficará sob sua exclusiva autoridade.....	594
12.3.2. Dirigir os debates, intervindo em caso de abuso, excesso de linguagem ou mediante requerimento de uma das partes	597
12.3.3. Mandar retirar da sala o acusado que dificultar a realização do julgamento, o qual prosseguirá sem a sua presença	597
12.3.4. Realização de diligências e gestão do tempo.....	598
12.3.5. Refeição, repouso e transporte dos jurados	599
12.3.6. Interromper a sessão por tempo razoável.....	600
12.3.7. Regulamentar a intervenção das partes e os apartes.....	600
12.3.8. Nomear defensor ao acusado, quando considerá-lo indefeso, podendo, neste caso, dissolver o Conselho e designar novo dia para o julgamento, com a nomeação ou a constituição de novo defensor.....	601
13. RECURSOS.....	605
13.1. Considerações iniciais	605
13.2. Conceito de recurso	605
13.3. O duplo grau de jurisdição e a presunção de inocência.....	605
13.4. Recurso em sentido estrito	606
13.4.1. A decisão que rejeita a denúncia ou a queixa (CPP, art. 581, I)	607
13.4.2. Decisão que concluir pela incompetência (CPP, art. 581, II)	608
13.4.3. Decisão que pronunciar o acusado (CPP, art. 581, IV).....	609
13.4.4. Incluir ou excluir jurado na lista geral (CPP, art. 581, XIV)	610
13.5. Apelação	610

13.5.1.	Ocorrência de nulidade posterior à pronúncia	612
13.5.2.	Sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados	612
13.5.3.	Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança	613
13.5.4.	Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.....	613
13.5.4.1.	Impossibilidade de utilização de apelação contra absolvição fundada no quesito genérico	617
14.	QUADRO COMPARATIVO ENTRE CPP ATUAL, PLS 156/2009 E PL 8045/2010	621
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	659
	ÍNDICE REMISSIVO.....	675